

## **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPO: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS A PARTIR DA REALIDADE DE MATO GROSSO<sup>1</sup>**

**THE FIELD URBANIZATION PROCESS: METHODOLOGICAL POINTS FROM THE REALITY OF MATO GROSSO**

Rafael Faleiros de Padua<sup>2</sup>

*rfpadua@gmail.com*

### **Resumo**

Apresentaremos nesse artigo algumas possibilidades teórico-metodológicas para o enfrentamento do desafio de construir uma reflexão sobre o avanço da fronteira econômica. Para nós esse avanço representa necessariamente uma das modalidades da reprodução da urbanização no momento atual. Nesse sentido, a perspectiva da produção do espaço, buscando a construção de um pensamento crítico sobre o processo a partir das relações sociais concretas atuando nos níveis do político, do econômico e do social apresenta-se como um potente instrumento para essa reflexão.

**Palavras-chave:** Fronteira, urbanização, produção do espaço, lugar, método.

### **Abstract**

We will present in this article some theoretical and methodological possibilities to face the challenge of constructing a reflection on the advancement of the economic frontier. For us, this advance necessarily represents one of the modalities of the reproduction of urbanization at the present time. In this sense, a perspective of the production of space, seeking a construction of a critical thinking about the process from concrete social relations acting at the political, economic and social levels presents itself as a powerful instrument for this reflection.

**Key words:** Frontier, urbanization, production of space, place, method.

O texto que apresentamos aqui significa a sistematização de algumas questões que envolvem a reflexão sobre o campo e a cidade, o rural e o urbano a partir de pesquisas sobre a realidade da urbanização em Mato Grosso, no contexto da expansão da fronteira agrícola

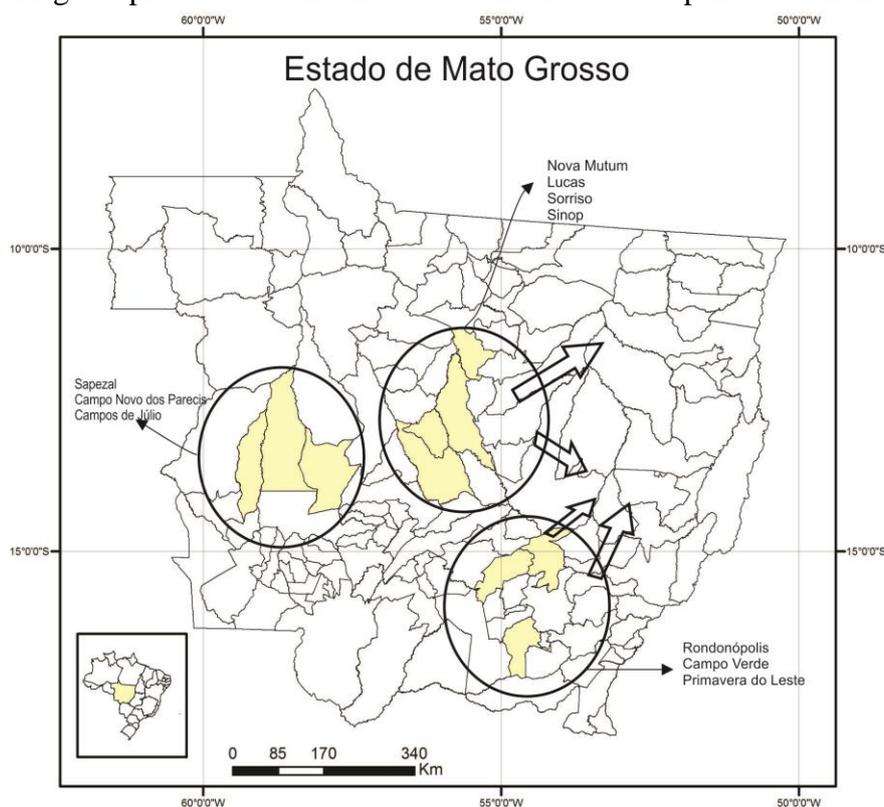
<sup>1</sup> As ideias contidas nesse texto foram apresentadas no II Ciclo de Debates “O Rural e o Urbano”, realizado na Universidade Federal Rural de Pernambuco em fevereiro de 2016. O autor agradece as Profas. Dras. Mariana Zerbone e Maria Rita Machado o convite para participar do evento e enviar o texto para a publicação.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso.

modernizada. Essa sistematização se consubstancia sobretudo em apontamentos metodológicos que apresentam uma possibilidade de entendimento das questões sobre a urbanização no avanço da fronteira agrícola. Verificamos que a realidade que se transforma com rapidez demanda uma construção teórica que busque acompanhar esse movimento. Os apontamentos que apresentaremos aqui vão, portanto, no sentido desse esforço teórico de pensar o movimento da realidade a partir dos elementos de sua dimensão espacial.

O setor primário da economia retomou nos últimos anos papel de destaque no Brasil. A produção de commodities agrícolas tem um peso relevante no conjunto da economia brasileira. Isso implica na constante abertura de novas regiões produtoras e conseqüentemente novas estruturas para a realização da produção. O estado de Mato Grosso, principal produtor de grãos no Brasil evidencia essa dinâmica de expansão contínua da fronteira agrícola, constituindo novas regiões produtoras, o que nesse momento revela o avanço necessário da urbanização no território.

Mapa 1: Regiões produtoras consolidadas e tendências de expansão da fronteira agrícola



Elaboração: Marcos Figueiredo, UFMT, 2016.

A partir do mapa acima, podemos compreender o movimento de expansão da fronteira agrícola das regiões onde a agricultura modernizada já está consolidada e onde o preço da terra é

mais valorizado para regiões onde se verifica ainda a abertura de novas áreas para a produção sobre a Floresta Amazônica e Cerrado ou sobre regiões de pastagens degradadas (Região do Araguaia). Esse avanço atual da fronteira agrícola está baseado na reprodução da concentração da terra, pois se trata de uma produção agropecuária realizada em propriedades rurais de milhares de hectares, mas também se baseia na produção modernizada, o que se convencionou chamar de “Agronegócio” (um termo que encerra em si uma ideologia produtivista).

Como hipótese da nossa construção teórica, assumimos a ideia de que para essa produção se realizar, o avanço da fronteira agrícola é necessariamente o avanço da urbanização, pois a própria produção agrícola responde a um tempo de produção e relações sociais propriamente urbanos. César Simoni Santos, no livro *Fronteira Urbana*, defende a tese de que no Brasil a urbanização é condição para a acumulação capitalista. Nesse sentido, a fronteira agrícola hoje seria, literalmente, a expansão da urbanização necessária no território, e ela mesma parte das estratégias da acumulação. Segundo o autor,

Segundo Henri Lefebvre (1991 e 1999), o urbano foi o fenômeno induzido de uma industrialização dos processos produtivos. No Brasil, ao contrário, promovidos pelo Estado como estratégia de modernização do território, o urbano e a urbanização serviram de pré-condições da industrialização. (...) A urbanização do território brasileiro foi em parte, principalmente na fronteira, obra direta das ações de um Estado comprometido com o crescimento da economia industrial (SANTOS, 2015: 28)

O processo que permitiu o avanço da fronteira econômica para o Norte e Centro-Oeste do país é resultado de amplos programas do Governo Federal (no período da Ditadura Militar) implementados sobretudo a partir da década de 1970 e que, através de incentivos fiscais, alavancou a transferência de excedentes de capitais industriais do Sudeste para as regiões de fronteira, para a implementação de atividades agropecuárias e agroindustriais. À medida que a fronteira passa a ser efetivamente uma região produtiva consolidada, o seu movimento avança rumo a regiões onde haja a possibilidade de continuidade dessa expansão econômica. Assim, para que a produção econômica da agropecuária e da agroindústria se realize, a urbanização se coloca como condição fundamental, já que ela representa o avanço dos elementos de infraestrutura básicos. Por outro lado, a própria urbanização se coloca como uma produção econômica relevante, evidenciando o espaço como objeto estratégico nessa realidade da fronteira.

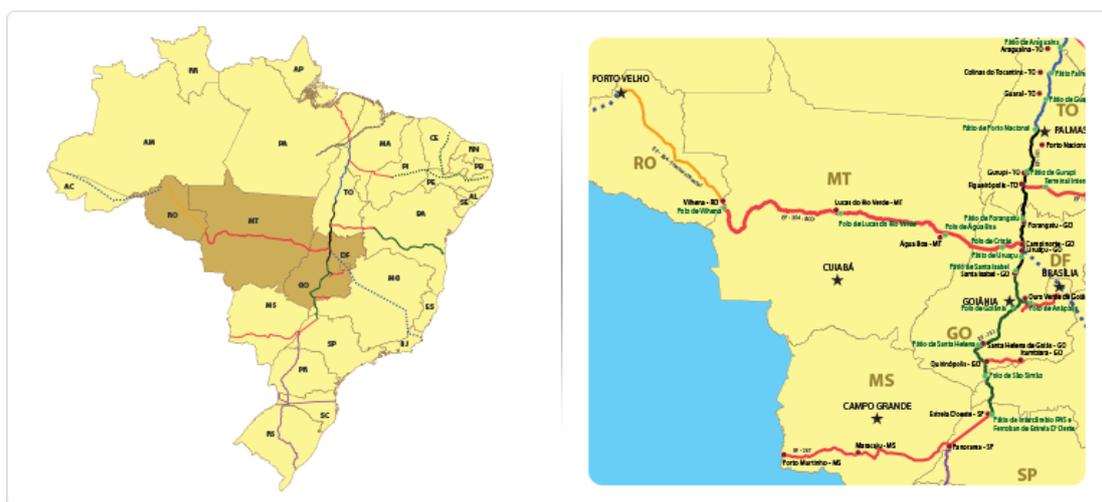
A produção de cidades nesse contexto se apresenta como um “grande negócio”, ou como uma produção entre outras produções econômicas. O espaço se torna estratégico, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista político e revela novas formas de produções que

avançam em regiões onde a floresta vai dando lugar a plantações (sem passar pelo estágio dos arrozais e das pastagens como era o habitual em momentos anteriores do avanço da fronteira agrícola) e vai dando lugar também a loteamentos urbanos, rodovias, galpões das empresas do agronegócio, etc.. Ainda em projeto aparecem ferrovias, terminais ferroviários, aeroportos, ou seja a continuação das condições de realização da fronteira como estratégias econômicas articuladas às estratégias estatais.

Para essa realização a articulação entre os grandes grupos econômicos (produtores de grãos, tradings da agroindústria, proprietários rurais/empreendedores imobiliários) com as estratégias estatais é fundamental, pois se torna necessário que as novas regiões produtoras sejam servidas por estruturas básicas que permitam a realização das atividades econômicas: construção ou pavimentação de rodovias, construção de ferrovias e terminais ferroviários que serão operados por grupos privados, construção de aeroportos. As cidades nessas regiões, sejam aquelas consolidadas ou as que estão em processo de crescimento, se utilizam dos recursos e promessas estatais para reforçarem sua centralidade (caso de Lucas do Rio Verde, com a possível chegada da ferrovia) ou se colocarem como novas centralidades da produção agrícola.

Na representação cartográfica abaixo se evidencia as estratégias do Governo Federal em parcerias com a iniciativa privada no sentido de prover o território brasileiro de uma logística de estradas de ferro que possibilite o escoamento das produções agrícolas de maneira mais otimizada e barateada. O Estado de Mato Grosso seria uma dessas regiões produtoras para as quais essas estratégias se direcionam, o que é fundamental inclusive para que se possibilite a abertura de novas áreas à produção.

Mapa 2: “EF-354 - Ferrovia Transcontinental - trecho Campinorte/go–Água Boa/MT–Lucas do Rio Verde/MT–Vilhena/RO–Porto Velho/RO”



Fonte: [http://www.valec.gov.br/acoes\\_programas/FerroviaTranscontinental.php](http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FerroviaTranscontinental.php) (acesso 22/02/2016)

A Ferrovia que na representação acima corta em sentido leste-oeste o estado de Mato Grosso, que ligará a Ferrovia Norte-Sul em Goiás até a divisa de Mato Grosso com Rondônia, passará por essas regiões que se colocam agora como novas regiões produtoras de commodities, sobretudo soja, como a região de Água Boa (Araguaia) e a região entre o Araguaia e o eixo da BR-163, que hoje também se coloca como região de expansão da fronteira agrícola.

A cidade nesse contexto da abertura de novas áreas produtoras aparece como um elemento fundamental, pois centraliza as infraestruturas necessárias para a realização das atividades agroindustriais, mas se realiza não só como um ponto de apoio para a produção agroindustrial. A produção de loteamentos ganha uma importância como negócio representativo. Não podemos esquecer que tanto a produção agrícola quanto a produção urbana passam pelo recurso da captação de financiamentos bancários cuja gestão e centralização estão localizados nas grandes metrópoles nacionais, sobretudo São Paulo, o que revela uma ligação evidente com a reprodução do setor financeiro também através dessas produções.

Então, na nossa perspectiva, através da mediação e da reprodução da grande propriedade privada da terra (da Questão Agrária como fundamento central da história brasileira) no momento atual são produzidos o campo e a cidade com ares “modernos”. O campo modernizado se realiza com as plantações a perder de vista; mecanizado com grandes colheitadeiras, aviões, tratores novos; com as organizadas sedes das fazendas imensas de milhares de hectares, sedes essas que mais parecem conjuntos de galpões industriais com reduzida quantidade de funcionários diante da dimensão da propriedade. A cidade, elaborada como projeto privado de loteamento, “planejada” com um zoneamento estrito, com muita publicidade, revela-se como centralidade para a agroindústria (aspecto que fica bem visível na paisagem: os grandes galpões das agroindústrias, os armazéns das tradings, as concessionárias de máquinas agrícolas, lojas de produtos agropecuários, etc.) revelando também dinâmicas próprias ao crescimento urbano – as desigualdades visíveis na paisagem, a segregação socioespacial delimitada no tecido urbano da cidade (o que é muito evidente nas cidades do contexto da agricultura modernizada, notadamente em Sorriso).

Foto 1: BR-163 em Sorriso-MT. Galpões de tradings do agronegócio nas margens da rodovia e movimentação típica de grandes caminhões na estrada.



Foto: Rafael Padua, 2014.

Essas regiões que apresentam um crescimento econômico e urbano se tornam pólos de atração para migrantes temporários ou permanentes que são originários de regiões empobrecidas do Brasil: sobretudo dos estados do Maranhão e do Pará<sup>3</sup>, indo viver nas periferias das cidades. É um crescimento econômico baseado na alta exploração do trabalho dos migrantes pobres, produzindo novas e profundas contradições sociais. Em Sorriso-MT, cidade de aproximadamente 80 mil habitantes e que se coloca como a “capital nacional do agronegócio”, semanalmente saem e chegam ônibus cujo destino é a região leste do Maranhão, levando e trazendo trabalhadores temporários para os diversos tipos de serviços que as regiões produtoras disponibilizam. Os passageiros são todo tipo de trabalhadores, há os que vêm para trabalhar por meses na colheita do algodão; os que vão buscar a família porque decidiram fixar moradia em Sorriso ou em outra cidade da região; os que vão para trabalhar em qualquer tipo trabalho que aparecer, sem ter nada previamente acertado, etc..

---

<sup>3</sup> Informações colhidas em trabalhos de campo.

Foto 2: Saída de ônibus para o Maranhão em um bairro da periferia de Sorriso-MT



Foto: Rafael Padua, 2014.

Em nosso estudo, como já foi apontado, assumimos a hipótese de que a expansão da fronteira agrícola modernizada é necessariamente a expansão da urbanização, que por sua vez produz novas necessidades que são propriamente urbanas. A produção do urbano aparece assim inicialmente como uma produção econômica (cuja finalidade é a realização econômica da propriedade dos proprietários de terra e dos investidores que ali investem) mas aponta para novas questões da realização do urbano, da vida urbana, mesmo em regiões de fronteira, onde é muito presente as ausências, as privações dos elementos do urbano.

Entendemos, portanto, que nesse processo atual de expansão da fronteira agrícola e da urbanização a relação cidade-campo vai sendo diluída por uma superação dessa relação, ou seja, vão se perdendo os contornos entre o campo e a cidade, não do ponto de vista físico, (pois uma plantação é diferente do tecido urbano, por exemplo), mas do ponto de vista das relações sociais, dos ritmos, das necessidades. Nesse sentido, a noção de urbanização que se expande, produzindo um campo urbanizado, condiz mais com a realidade atual, de acordo com nossas pesquisas sobre a realidade em Mato Grosso.

Pensar esse processo de superação implica construir uma articulação de escalas de análise. As sedes nacionais das tradings (a maioria delas empresas multinacionais com sede nos EUA e Europa – Cargill, Bunge, ADM, Louis Dreyfus) são em São Paulo, com exceção da AMAGGI, cuja sede é em Cuiabá e Vanguarda Agro, cuja sede é em Nova Mutum, mas esta

com escritório em São Paulo. Esse dado é importante para pensarmos as escalas de atuação dos agentes hegemônicos da produção agroindustrial e sua ligação com o setor financeiro (as sedes ou escritórios em São Paulo apontam isso), que é centralizado nacionalmente e controlado também a partir de São Paulo. Ou seja, há uma nítida relação entre as produções realizadas inclusive nas regiões de fronteira com as escalas nacional e mundial através da atuação dessas grandes empresas agenciadoras e exportadoras, assim como dos bancos que financiam tanto a produção agrícola como a produção da cidade.

Uma questão metodológica importante se coloca aqui é que muitas vezes nas análises sobre a transformação do território se privilegia sobretudo o avanço das condições técnicas, privilegiando com isso a ação dos agentes hegemônicos da produção do espaço e da produção em geral (agrícola, agroindustrial, etc.) e o Estado. Em nossa perspectiva, para alcançar a compreensão do processo de expansão das demandas e normativas globais sobre o território, a escala do lugar, da proximidade, onde está se realizando essas produções é o objeto privilegiado de análise. Aproximar-se de quem está realizando estas produções e como se dá esse processo a partir do nível do lugar é um momento fundamental para a compreensão dos conteúdos concretos do processo, verificando como esse espaço vem sendo produzido, como esse processo se revela na vida dos moradores dessas regiões, reconfigurando relações sociais e contradições que vem da história<sup>4</sup>.

Parece-nos que a produção do espaço ganha centralidade na explicação do processo, pois por mais que o foco da produção econômica esteja na produção agroindustrial, a urbanização é cada vez um produto mais central nesse contexto. Inclusive como uma importante produção econômica. Mas se inicialmente aparece como uma produção econômica, a urbanização extrapola essa característica, indicando novos conteúdos, pois ela se revela também como projeto de vida de famílias ou mesmo pessoas sozinhas que se aventuram com pouco ou nenhum recurso a enfrentar os desafios de viver a realidade da fronteira. Os conteúdos da urbanização, em nossa perspectiva, seriam alcançados principalmente pela pesquisa sobre a visão desses grupos sociais empobrecidos que avançam junto com o avanço da agricultura modernizada e vão construir as cidades, fazer seus pequenos negócios, realizar ou não seus pequenos (ou grandes) projetos e sonhos, enfim, vão produzir e viver essa realidade.

No contexto da fronteira, nos importa, portanto, buscar aquilo que não é o hegemônico do projeto econômico, mas sim o que é o periférico a ele, mas que é essencial para a sua realização. Os trabalhadores e as suas histórias do percurso de como chegaram ali e os sonhos que os

---

<sup>4</sup> A migração para as fronteiras econômicas é algo recorrente e contínuo no Brasil, produto em grande medida da questão agrária. No entanto, no momento atual o processo migratório traz novos elementos para a nossa análise e a sua compreensão ajuda a entendermos a dinâmica da urbanização brasileira hoje.

acompanham em seu movimento para esse novo lugar. Para o entendimento da situação de fronteira assumimos a orientação de José de Souza Martins (no livro *A Sociedade Vista do Abismo*) que diz da necessidade de se entrar, com todas as dificuldades que isso demanda, no olhar da vítima do processo. No entanto, essa orientação nos coloca de antemão a questão de buscar a vítima no contexto da fronteira moderna atual, cuja expansão, assentada em um contexto menos belicoso da pistolagem característica da fronteira de outros tempos e em uma aparente modernidade, mascara com instrumentos poderosos o que lhe é desviante e, sobretudo, mascara a própria violência embutida nessa expansão.

A partir desse ponto de vista específico, o dos que não são os empreendedores (embora a visão desses empreendedores seja também importante para entendermos essa realidade) nem grandes empresários especuladores (embora também as estratégias desses empresários devem ser consideradas), nem a visão do Estado (que também é fundamental para entender os processos espaciais como políticas de espaço), mas é pensar o processo a partir da fala dos moradores comuns, com seus pequenos negócios, ou com negócio nenhum, assim como da fala do trabalhador braçal, ou dos filhos desses “pioneiros” que se não derem certo, não enriquecerem, não se reconhecem como “pioneiros”<sup>5</sup>.

É a partir desse nível de análise do lugar e das falas dos seus moradores que podemos entender concretamente a realização das determinações mais gerais, sejam as do Estado sejam as do econômico, assim como a recriação da vida de migrantes diante das dificuldades pela própria realidade de fronteira, o que revela a produção do lugar. Assim, na realização concreta do lugar, visualizado e entendido pelo olhar mais subalterno, nos aproximamos mais dos conteúdos concretos do processo, pois vemos aquilo que muitas vezes as estatísticas não vêem e nem mesmo a observação da paisagem revela. Com isso, na realização dos atos concretos da vida da população do lugar é possível reconstituir elementos das escalas mais amplas, refletindo sobre o movimento dessa realidade que evidencia a realização do global no lugar em suas contradições, em seus descompassos entre o tempo da realização dos processos da acumulação econômica e o tempo da vida. Nessa realidade urbana em constituição são reveladas diferentes temporalidades que se realizam simultaneamente e muitas vezes contraditoriamente, apontando as necessidades concretas da reprodução do modo de produção capitalista e as necessidades da reprodução da vida.

Assim, nessa proposta, trata-se de pensar realidade da fronteira agrícola em Mato Grosso em sua dimensão urbana, como expansão contraditória (envolvendo diferentes temporalidades

---

<sup>5</sup> Para a crítica da ideologia do pioneiro, ver MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

em sua realização) da urbanização. A pesquisa tem a Produção do Espaço como noção norteadora de seus encaminhamentos teóricos e práticos. Essa noção (desenvolvida pelo filósofo Henri Lefebvre em várias obras) procura trazer para o primeiro plano da análise a realidade concreta vivida na sociedade, que ao se reproduzir, produz e reproduz o seu espaço (CARLOS, 2008). A partir dessa noção de produção do espaço, torna-se fundamental a consideração dos diferentes grupos sociais presentes na produção concreta da realidade (dos lugares) em suas relações sociais determinadas, em seus conflitos de interesses, descompassos de tempos, diferenças de visões de mundo, etc. O urbano na sua forma atual se produz como a simultaneidade desses conflitos, desigualdades, descompassos, contradições, o que pode apontar os conteúdos sociais da produção do urbano em uma realidade de fronteira, lá onde o processo só tem presente e futuro (pois o passado está ideologicamente mascarado pela grande propriedade do “agronegócio”), em uma ponta da expansão da frente pioneira (avanço das atividades econômicas dinâmicas), no avanço da agricultura capitalista modernizada (comumente chamada de agronegócio) que continua sua busca contínua por novas terras para se realizar.

Como já apontamos acima, essa expansão da fronteira continua a avançar no território, produzindo o campo da agricultura capitalista modernizada e a cidade que é a centralidade necessária para esse avanço. Esse avanço é, portanto, o avanço necessário da urbanização do território, não somente pelo fato de se produzir cidades, mas pela constituição de um modo de vida próprio da temporalidade urbana. É nesse contexto de realidade em constituição, de inacabamento, que nos deparamos com as pessoas que já estão ali desenvolvendo as práticas concretas do lugar, construindo ou reconstruindo ali sua existência. Assim, pensar a realidade da frente pioneira no contexto do avanço da fronteira pode permitir a compreensão da urbanização como condição da reprodução da acumulação econômica, mas também a urbanização como condição de realização da vida urbana precária.

Embora definirmos realidades da fronteira como a produção de novos lugares, não podemos esquecer de toda violência vivida historicamente por populações indígenas e famílias de camponeses posseiros na constituição da propriedade privada da terra no Brasil e em especial em Mato Grosso. O avanço do “agronegócio” aparece hoje como atividade econômica dinâmica atrelada a uma ideia de progresso e futuro, como se o espaço onde se realiza não tivesse passado e fosse somente o campo das estratégias do avanço da agricultura capitalista modernizada. Entendemos que esse processo atual reproduz relações arcaicas persistentes que permanecem e se reproduzem com novas formas, o que produziu um cenário insólito de concentração da terra, cujos títulos de propriedade podiam/podem ser legais ou fraudulentos, mas invariavelmente

exerciam/exercem sobre os pobres do campo a expropriação de suas terras de reprodução da vida e de trabalho.

A expansão da agricultura modernizada hoje, denominada com o poderoso nome de “agronegócio”, em nossa perspectiva, não só esconde essa realidade de concentração da terra como revela a reprodução da questão agrária com novos elementos qualitativos. Trata-se do “latifúndio produtivo”<sup>6</sup>, que tenta esconder o atraso que ele reproduz através de toda a “modernidade” de seu aparato técnico e sua suposta produtividade<sup>7</sup>.

Podemos apontar a urbanização como um elemento novo nesse processo violento de expansão “agrícola”. O urbano inicialmente aparece como necessidade, infraestrutura para a expansão agrícola, mas ele se torna finalidade, estratégia nesse mundo de fronteira. A terra rural é estrategicamente tornada urbana, ficando o restante da terra rural do entorno do loteamento como reserva da expansão dos lotes urbanos. Isso se realiza na ponta da fronteira, mas também em Sorriso ou de maneira ainda monopolizada pela empresa que loteou e produziu a cidade de Nova Mutum, que são exemplos notáveis em que esse mecanismo se realiza<sup>8</sup>. Dessa forma evidencia-se a ligação da questão agrária com a urbanização. O urbano como consequência da dominação monopolística da terra e como parte da realização da agricultura modernizada. Dessa forma, é fundamental considerar essa relação entre a questão agrária e a urbanização como modo de entender como se dá a reprodução da concentração da terra em bases contemporâneas, engendrando relações sociais específicas e produzindo um espaço característico.

Nesse contexto específico, a produção do espaço urbano revela o espaço concebido segundo uma lógica da produtividade econômica, que configura originalmente uma programação do espaço feita estrategicamente para a venda, para a sua realização mercantil. Mas à medida que outros projetos distintos ligados à reprodução da vida passam a realizar essa realidade, novos conteúdos, para além da programação do projeto de loteamento, passam a se realizar concretamente, espacialmente e socialmente. A programação já é ao mesmo tempo desvio, negação da programação porque ela é também realidade humana que pressupõe a criação do novo e não somente a reprodução pura, a repetição pura. É portanto também no nível do lugar que podemos vislumbrar as resistências como aquilo que é próprio do humano se realizando no contexto da aridez da programação estrita, em uma realidade onde o espaço urbano é

---

<sup>6</sup> Como Dom Tomás Balduino nomeia de forma perspicaz o agronegócio no documentário *Nas Terras do Bem-Virá* (Alexandre Rampazzo, 2007).

<sup>7</sup> Produtividade essa que a Profª. Eliane Tomiase Paulino contesta de maneira muito circunstanciada em seus estudos, comparando a produtividade da grande agricultura capitalista com a da agricultura camponesa. Ver: PAULINO, Eliane Tomiase. *Institucionalidades Frágeis e Territórios Altivos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil*. In: ALASRU – IX Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Ciudad de México, 2014.

<sup>8</sup> Nessas cidades consolidadas os proprietários de terras do entorno das cidades gradativamente vão se tornando empreendedores imobiliários.

calculadamente fragmentado e vendido aos pedaços. Mas mesmo nessa realidade há a criação do novo, do propriamente urbano como realização, mesmo que residual, do humano, o que subverte a estrita programação do espaço concebido.

Dessa forma, através da investigação dos níveis do político, econômico e social, privilegiamos esse último como o local onde podemos alcançar os conteúdos concretos das contradições produzidas nesse processo. São agentes concretos, que produzem o espaço através de estratégias concretas, estratégias que se realizam como conflitos no nível do social, na vida concreta das pessoas, dos moradores dos lugares.

A tentativa é de construir uma perspectiva para pensar a urbanização produzida na esteira do avanço da agricultura modernizada em direção ao Cerrado e à Amazônia. Trata-se de uma perspectiva que encontra no pensamento lefebvriano seu ponto de partida no sentido de ir delineando possibilidades de interpretação dessa realidade em intensa transformação, que apresenta um dinamismo, um movimento que acompanha as transformações do modo de produção em nível mundial, mas se realiza nos lugares.

É, nesse sentido, a realidade que dá elementos para a construção da teoria e não a teoria que produz a sua realidade, por isso a importância de pensar a pesquisa como uma contínua construção de si mesma no momento de sua realização. A seguir apontaremos algumas questões que se colocam no horizonte dessa reflexão:

Inicialmente, que elementos novos aparecem para a análise? A realidade urbana – a partir de determinadas relações/estratégias hegemônicas, mas também por estratégias não hegemônicas, por projetos de busca por trabalho, em busca de uma vida melhor, na periferia. A periferia também é estratégica para os agentes hegemônicos, mas também para as parcelas mais pobres, em sua realização no urbano.

Pensar a totalização do modo de produção capitalista em sua fase de dominação da esfera do financeiro na reprodução social e suas escalas de atuação. Aqui a relação entre o local e o mundial fica evidente, passando pelos nós mediadores na economia nacional que são as metrópoles, sobretudo São Paulo. A dominação do financeiro se expressa de que forma nos lugares, na produção agrícola e na produção do espaço urbano? Para isso é preciso pensar as articulações, as mediações necessárias em uma interpretação que busque a totalidade e que vislumbre a totalidade através da análise dos lugares.

Mais do que nunca a produção (e reprodução) está socializada. Mais do que nunca, portanto, o local está ligado à sociedade toda, ao mundial. O capitalismo socializou a produção, fazendo com que o próprio espaço e o tempo entrassem na contabilidade geral do processo de produção. No entanto, esse processo sempre se particulariza, sempre expressa sua concretude lá

onde se produz, reproduzindo determinações gerais e ao mesmo tempo produzindo relações particulares, nos lugares. Isso pode se manifestar também como desencontro, como contradição, entre o nível do econômico e sua realização e o do social e sua realização, que se realizam juntos, na mesma realidade, embora sejam substâncias que se negam. A desigualdade presente e visível espacialmente é condição e resultado desse processo.

Tendo essas premissas (apontamentos) como orientação, como apreender a realidade nos lugares, nas regiões de expansão da agricultura capitalista de grande escala? Apresenta-se a necessidade de pensar a paisagem observada e o movimento que ela expressa, etc., pois estamos diante de uma realidade dinâmica e que se transforma com rapidez. É preciso discernir os agentes dessa produção espacial, as relações entre os agentes, as diferentes estratégias desses agentes, a forma como o espaço expressa a realização dessas estratégias, etc. O urbano é uma realidade aberta, em construção, não somente reprodução, mas produção do novo. Como captar esse novo, o espaço como realização de relações sociais determinadas? A metodologia deve ser pensada e elaborada para pensar a realização da sociedade (do mundial) nos lugares a partir do que lhe é periférico e fundamental para a sua realização, apresentando outro ponto de partida diferente da perspectiva que vê no avanço da técnica e do Estado os elementos primordiais para a análise do processo. A técnica e as ações estatais são evidentemente importantes para a realização das novas produções, mas os conteúdos dessas novas produções estão no negativo de sua realização, no desvio, no periférico, onde podemos ver a expressão mais concreta dessa realidade. Dessa forma, a tentativa aqui é apresentar possibilidades para entendimento dessa realidade de fronteira a partir dos elementos da realidade concreta no nível do lugar que muitas vezes não aparecem nas interpretações da realidade, mas que são reveladores das contradições concretamente vividas.

### **Bibliografia**

ARRUDA, Zuleika. **Onde está o Agro desse Negócio? Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Tese de doutorado, Unicamp, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re)Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 2008 [2004].

FIORAVANTI, Livia Maschio. **Cidade cativa: estratégias de uma urbanização oligopolista em uma cidade mato-grossense**. In: Anais do XVII Enanpur, São Paulo, 2017.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Athropos, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Institucionalidades Frágeis e Territórios Ativos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil**. In: ALASRU – IX Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, Ciudad de México, 2014.

VOLOCHKO, Danilo. **Terra poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”**. In: *Geographia*, v. 17, n.35, 2015.